



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **27 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 6 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Empresário afirma que a Apple escolheu SP para fabricar iPads	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO DIRETOR DO BNDES VAI ASSUMIR A SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO DEVE AGIR NO CÂMBIO, DIZ COUTINHO	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO O NOVO ÍNDICE DO IBGE DEVE SER UTILIZADO COM CUIDADO	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO A REDUÇÃO DO ICMS EM SÃO PAULO	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO O QUE A CHINA BUSCA NO BRASIL	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO REGIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO DILMA E EMPRESÁRIOS VÃO À CHINA LEVAR UMA COLEÇÃO DE RECLAMAÇÕES	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO BRASIL Produção industrial sobe em nove dos 14 locais pesquisados	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Justiça fecha empresas na Zona Franca	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO MEGGA QUER ALCANÇAR RECEITA DE US\$ 1 BI E MANTER IMPORTAÇÕES	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO GOVERNO DEFINE MINISTRO DA AVIAÇÃO CIVIL	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO DIRETOR DO BNDES COMANDARÁ SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO SOLVENTE E VISCOSE IMPORTADOS SÃO SOBRETAXADOS	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Wilson Santiago quer criar Zona Franca do semi-árido nordestino	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Deputado quer reciprocidade em preservação ambiental para importação	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONVERGÊNCIA DIGITAL Explode importação de modems, equipamentos wireless e celulares	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA Embaixador do Peru quer estreitar relações comerciais com ZFM	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC Gecex aprova aplicação de direitos antidumping sobre importações da China e dos Estados Unidos	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	

VALOR	
Conselho amplia uso de créditos de PIS e Cofins	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
LUIZ EDUARDO MELIN É NOMEADO DIRETOR DO BNDES EM SUBSTITUIÇÃO A WAGNER OLIVEIRA	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM	
Justiça fecha 4 empresas acusadas de fraudes em Manaus	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA	
Frente contra corrupção é relançada na Câmara dos Deputados	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
E BAND	
IBGE aponta alta na produção industrial em nove de 14 regiões	28
VEICULAÇÃO NACIONAL	
TELETIME NEWS	
Celular perde a liderança de produto eletroeletrônico mais exportado pelo Brasil	29
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONSULTOR JURIDICO	
Zona Franca de Manaus apoia Começar de Novo	30
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA DA APEX	
Empresas brasileiras participam de missão comercial à China	31
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Empresário afirma que a Apple escolheu SP para fabricar iPads	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Notícia foi veiculada em coluna de João Dória Jr., no site da revista IstoÉ na internet.

A vantagem de ter uma fábrica de iPads no Brasil é baratear os custos relativos a importação, que são caros.

Manaus - Na coluna que assina no site da revista IstoÉ, o empresário João Dória Jr., que promoveu o Fórum de **Desenvolvimento** Sustentável, em **Manaus**, disse que a Apple terá uma fábrica de iPads no Brasil, mas não será na **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** e sim em São Paulo. Segundo ele, o local exato da fábrica da empresa será divulgado ainda neste mês, pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

A informação do empresário deixa no ar que incentivos o governo de São Paulo está concedendo à fabricante norte-americana que são mais atraentes que o pacote de reduções e até isenções fiscais garantidas na **ZFM**.

A Foxconn, a mesma empresa que monta os produtos da Apple em Shengzen, e em outras localidades da China, tem uma fábrica no município paulista de Jundiaí, com facilidade logística de abastecimento e distribuição de produtos.

Será a única fábrica da empresa na América Latina. As principais fábricas da Apple ficam na China, onde a mão de obra é muito mais barata, quase escrava, do que em qualquer outro lugar do mundo. A vantagem de ter uma fábrica no **Brasil** é baratear os custos relativos a **importação**, que são caros.

Novo PPB

Na semana passada, o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulgou proposta para criação do Processo Produtivo Básico (**PPB**) para incluir os tablets feitos no País nos

benefícios da **ZFM**. Faz parte da consulta um cronograma para adequação da **produção**.

Interessados em apresentar sugestões ao texto final deverão enviar até o dia 15 as propostas. O **PPB** consiste de etapas mínimas necessárias que as empresas deverão cumprir para fabricar determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei (Lei de Informática e da **ZFM**).

Suframa

Para a coordenadora geral de Assuntos Econômicos e Empresariais da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, Ana Maria Souza, o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** tem condições de abrigar a **produção** de tablets devido à base industrial instalada. A coordenadora destaca a montagem de placas de circuito impresso, de carregadores de bateria e de injeção plástica.

Ana Souza admite que as alterações na Lei da Informática realizadas nos últimos anos, especialmente com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concentraram a vantagem do **PIM** apenas na cobrança do Imposto de **Importação** (II).

A coordenadora destacou a perda de importância das demais vantagens, “como as alíquotas diferenciadas do Programa de Integração Social (PIS/Cofins), quando embutidos os custos logísticos regionais, em face à distância dos centros consumidores”.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DIRETOR DO <u>BNDES</u> VAI ASSUMIR A SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Edna Simão / BRASÍLIA e Alexandre Rodrigues / RIO - O Estado de S.Paulo

Dezoito dias depois da publicação da medida provisória que criou a Secretaria de Aviação Civil, a presidente Dilma Rousseff anunciou ontem o nome do atual diretor de Infraestrutura, Insumos Básicos e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Wagner Bittencourt de Oliveira, para comandar a nova pasta. Ele é engenheiro e funcionário de carreira do **BNDES** desde 1975.

A saída de Oliveira do **BNDES** não deve ser a única na diretoria da instituição. No **mercado** é dado como certa a substituição de pelo menos dois outros diretores do banco nos próximos dias.

Um dos que também estariam de saída é o diretor de **Mercado** de Capitais, Eduardo Rath Fingerl.

Executivos de empresas que têm como sócio o **BNDES** já relataram a expectativa de saída dele, que é funcionário de carreira do banco com tempo suficiente

para se aposentar e que já teria comentado o interesse de se dedicar à carreira acadêmica.

Outra provável vaga na diretoria do **BNDES** deverá ser a do vice-presidente do banco, Armando Mariante.

Desde janeiro, o **mercado** financeiro especula sobre sua transferência para a direção das operações no Brasil de um banco estrangeiro baseado em São Paulo.

Se, além de Bittencourt, a saída dos outros dois executivos for confirmada e as vagas não forem definidas por critérios políticos, o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, poderá finalmente ter a chance de formar uma diretoria mais afinada com seu estilo. Quando assumiu o **BNDES**, em 2007, no lugar de Demian Fiocca, Coutinho manteve praticamente toda a diretoria deixada pelo antecessor.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO DEVE AGIR NO CÂMBIO, DIZ COUTINHO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para presidente do BNDES, desvalorização do dólar preocupa a indústria e "requer que se atue"

Ligia Formenti / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A desvalorização cambial "preocupa toda a indústria brasileira" e "requer que (o governo) atue". O diagnóstico é do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e foi feito ontem, em Brasília, após uma solenidade a menos de 500 metros do Palácio do Planalto.

Coutinho participou do anúncio de parcerias público-privadas (PPPs) na área de saúde, na sede da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). O acordo prevê a produção de quatro medicamentos: dois para aids, um para o mal de Parkinson e outro para artrite reumatoide.

À saída da solenidade, a reportagem do Estado perguntou ao presidente do BNDES se o comportamento do câmbio preocupa. "Não preocupa a mim, mas a toda a indústria brasileira. Há pressão competitiva exagerada. Isso requer que se atue."

Sobre o que pode ser efeito para estancar a valorização do real, o economista avaliou que "há um estado de anomalia mundial". E acrescentou: "(Há) uma superliquidez mundial que cria desequilíbrio extramercado."

Existem políticas no mundo de excesso de liquidez que criam pressões tanto sobre preço de commodities como taxa de câmbio. Não estamos vivendo uma situação normal de mercado".

Ao ser questionado sobre as medidas que o governo pode adotar para combater o problema, Coutinho disse que há "um arsenal de medidas convencionais", mas essa é uma "tarefa que a Fazenda e o Banco Central terão capacidade para conduzir."

Depois de dizer que o assunto é da Fazenda, o economista lembrou que a tarefa também é "uma preocupação dos ministros Palocci (Casa Civil) e Tombini (presidente do Banco Central)." "O ministro Guido (Fazenda) tem tomado medidas. O BC tem feito medidas. Não me compete opinar. Eu apenas registrei um pressão real."

Crédito. Em São Paulo, Coutinho disse que o BNDES deverá reduzir a concessão de empréstimos neste ano em cerca de R\$ 30 bilhões, em relação ao que foi liberado em 2010. Em evento na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), ele disse que o total de recursos liberados este ano deve ficar próximo do de 2010: cerca de R\$ 144 bilhões.

Coutinho também destacou que essa redução nos financiamentos está ligada à exclusão dos recursos repassados à Petrobrás, no processo de capitalização da estatal. O presidente do BNDES disse ainda que o objetivo do banco oficial a partir de agora "é dar espaço ao setor privado"

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O NOVO ÍNDICE DO IBGE DEVE SER UTILIZADO COM CUIDADO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Estado de S.Paulo

O IBGE lançou um novo índice, de preços ao produtor (IPP), que até agora só existia - e com um sistema de captação diferente, não tão detalhado - no Índice de Preços no Atacado, da Getúlio Vargas. O IPP recua até janeiro de 2010 e precisa passar por uma experiência de vários meses para saber se permite prever a evolução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O presidente do IBGE, no lançamento do índice, foi o primeiro a advertir que não se deve, tão logo, procurar utilizá-lo como indicador antecipatório do IPCA. De fato, o levantamento dos preços é feito diretamente na porta da fábrica - isto é, antes do pagamento de impostos, frete e tarifas - para chegar até a empresa. Isso, dependendo do produto, pode representar uma grande diferença no preço final.

O índice é captado em 1.400 empresas, de 23 setores, para 320 produtos, que representam 60% do faturamento da indústria de transformação. É intenção do IBGE estender sua pesquisa aos produtos agrícolas (o que exigirá um ajuste sazonal que não existe para a indústria de transformação) e, ainda, para os serviços, cuja variedade impõe uma análise cuidadosa e demorada.

Os resultados do IPP divulgados pelo IBGE são interessantes, mesmo levando em conta as considerações acima. Mostram um aumento de 0,60% em fevereiro, ante 0,40% em janeiro e 0,43% em dezembro do ano passado. Quatro produtos apresentaram redução de preços, em 31 setores, o que permite dizer que estamos diante de uma pressão inflacionária generalizada. É

interessante que os maiores aumentos no trimestre foram observados nos setores ligados ao vestuário (produtos têxteis, vestuário, artefatos de couro) - se excluimos os produtos químicos, que dependem da **importação** de petróleo (+1,33%). O resultado acumulado indica para o ano aumento de 1% nos preços em geral.

Mais interessante nos parece a evolução dos preços de fevereiro de 2011, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Para o total da indústria de transformação, tivemos um aumento de 6,21%, com apenas dois setores em que os preços recuaram - produtos de informática e eletrônica e metalurgia -, o primeiro acusando o efeito das **importações** e o segundo, o excesso de **produção** mundial, o que atesta o risco de promover um aumento da **produção** de aço no Brasil.

Os maiores aumentos de preços no período todo pesquisado (2,86%) apareceram no setor alimentício, refletindo o encarecimento dos produtos agrícolas e, como já apontado acima, dos produtos químicos, que dependem da **importação** do petróleo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A REDUÇÃO DO ICMS EM SÃO PAULO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

O governo paulista anunciou a redução, até o final de 2012, do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre itens de consumo de massa e eletrodomésticos. Esse pacote de medidas, chamado Outono Tributário, beneficiará mais de 58 mil empresas paulistas, segundo o governador Geraldo Alckmin. Como a concessão de incentivos fiscais significa abrir mão de arrecadação, o Estado só pôde adotar essa medida porque as suas contas estão em ordem.

Este é, por isso, um dado fundamental que, aliás, o governador do Estado fez questão de ressaltar na audiência que teve com a presidente Dilma Rousseff, na primeira quinzena de março. Ao pleitear um aumento do teto de endividamento do Estado de R\$ 15 bilhões, argumentou que "São Paulo melhorou muito a relação entre a dívida e a receita corrente líquida, cumprindo com folga o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)".

O orçamento paulista é superavitário. Em 2009, o governo conseguiu um superávit primário de R\$ 2,6 bilhões, 35% superior ao R\$ 1,9 bilhão previsto. Em 2010, também teve superávit primário e R\$ 21,9 bilhões para investir. Com o aumento do limite de endividamento pretendido por Alckmin, o Estado terá mais R\$ 15 bilhões para investir, 70% do que foi investido no ano passado. Em 2010, a União investiu R\$ 44 bilhões.

O ICMS que incide sobre produtos de consumo da linha branca - fogões, geladeiras, lavadoras, tanquinhos - foi reduzido de 18% para 7%. Para a indústria de placas de madeira MDF (utilizadas na fabricação de móveis), a redução foi de 12% para 7%. E benefícios fiscais que venceriam no final deste mês foram prorrogados, entre os quais o da redução da base de cálculo ou o diferimento do recolhimento do tributo.

Aplica-se assim, a alguns setores, o que todos os demais pedem, com razão, que é mais prazo para recolher o tributo, como ocorre na maioria dos países desenvolvidos. A justificativa é que, entre a aquisição de um produto industrial pelas empresas de varejo e a sua venda, decorre um prazo que pode chegar a vários meses.

A redução da base de cálculo e o diferimento do ICMS serão aplicados aos setores de autopeças, alimentos, brinquedos, instrumentos musicais, perfumaria e cosméticos, couros e calçados, papel higiênico, têxtil, vestuário e vinho. Outros setores foram incluídos entre os beneficiados, tais como os que produzem leite longa vida, iogurte, leite fermentado e solventes.

O benefício foi estendido a bens de capital: empresas em fase pré-operacional poderão adquiri-los em condições favorecidas. No longo prazo, esta é a medida mais importante, porque a taxa de investimento do País é insatisfatória, da ordem de 19% do Produto Interno Bruto (PIB). Seria necessário elevá-la para cerca de 25% do PIB para conseguir uma taxa de crescimento sustentado da ordem de 5% ao ano. Para isso, os demais Estados deveriam seguir o exemplo de São Paulo, criando folga orçamentária para investir.

Essas medidas têm dois objetivos, segundo Alckmin: "O primeiro é a criação de empregos, com mais empresas investindo e se instalando em São Paulo, e o segundo é a diminuição de preço para o consumidor final, devido à redução da carga tributária". Outra preocupação sua é com a competitividade: "Não vamos deixar que uma empresa saia do Estado por falta de competitividade".

A redução de tributos favorece os investimentos, pois é seguida de aumento das vendas e, portanto, do aumento da receita tributária, como ocorreu em outros casos de diminuição do Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços. O **Governo Federal** também testou - e com ela se beneficiou - a redução tributária, sobretudo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos, que estimulou as vendas e permitiu arrecadar mais.

A constatação dos bons resultados dos incentivos deveria estimular a União a adotar uma política ampla de desoneração tributária, liberando a economia para crescer.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O QUE A CHINA BUSCA NO BRASIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Estado de S.Paulo

Com base em estudo recente do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), aquele país seria o que mais investiu no Brasil em 2010. Segundo o documento, os investimentos chineses no País foram de US\$ 12,9 bilhões no ano passado, o que representaria 26,6% do total de investimentos estrangeiros diretos no País em 2010 (US\$ 48,46 bilhões). O levantamento, porém, deve ser examinado com cuidado, uma vez que muitos dos investimentos mencionados como feitos no Brasil não passam, na realidade, de compra de participação em companhias internacionais aqui instaladas. Não há melhor exemplo desse tipo de investimento do que os US\$ 7,1 bilhões gastos pela estatal chinesa da área petrolífera, a Sinopec Corp, na aquisição de 40% da Repsol Brasil, controlada pelo capital hispano-argentino. A operação pode permitir aumento do capital da subsidiária brasileira para financiar sua atuação na camada do pré-sal, mas não se trata de um investimento estrangeiro direto, com entrada de capital. Houve outros negócios desse gênero, mas, mesmo não computando tais operações, a China, a partir do ano passado, vem se credenciando como um dos maiores investidores no País, o que pode ser útil ao desenvolvimento econômico nacional, desde que as leis em vigor sejam cumpridas e as autoridades brasileiras não se deixem levar pela ingenuidade.

"A China vem consolidando há alguns anos uma base internacional de matérias-primas e o Brasil passou a fazer parte desta base de fornecedores", diz o estudo. De fato, o maior volume de investimentos provenientes da China tem sido voltado para as áreas de petróleo, mineração e produção agrícola. Estatais chinesas já adquiriram reservas de minério de ferro de milhões de toneladas, em Minas Gerais e na Bahia, associadas ou não ao capital nacional. O níquel e a

cadeia de produção do alumínio estão também na mira das gigantes estatais da China.

No setor do agronegócio, ainda há pouco foi anunciado um investimento de US\$ 4 bilhões pela Chongqing Grain Group, na instalação de um polo de esmagamento de soja em Barreiras (BA), possibilitando a exportação de maior volume de óleo de soja. O risco é que complexos industriais desse tipo adquiram áreas de cultivo em território nacional além do que a lei permite.

O recente parecer da Advocacia-Geral da União, reafirmando a validade da Lei 5.709/71, que estabelece limites para a posse de terras por estrangeiros, tem caráter geral, mas certamente levou em conta o crescente interesse chinês pela aquisição de reservas minerais e de áreas agricultáveis no País.

Os setores de energia elétrica e de telecomunicações exercem forte atração sobre as companhias chinesas, não havendo barreiras à sua entrada no País. É uma situação muito diferente daquela com a que se deparam empresas brasileiras dispostas a investir em setores considerados estratégicos por Pequim. Como o boicote à Embraer na China deixa patente, não há reciprocidade de tratamento nesses casos.

O estudo destaca que a preferência das companhias chinesas é por fusões e aquisições, que correspondem a 83% dos investimentos que têm feito no Brasil. A participação no capital pode ser feita no exterior ou no próprio país. Não há números que permitam avaliar se os chineses se contentam com uma participação minoritária, que deveria facilitar, segundo ainda a CEBC, a superação de "diferenças culturais". Pelo que a prática tem mostrado, nem sempre essa forma de operar prevalece.

Como consta do estudo, somente 11,5% dos investimentos chineses no Brasil são "joint ventures", aliando o capital de fora ao nacional. Uma terceira

modalidade é denominada "greenfield" (construção de uma unidade em território estrangeiro), sendo exemplo o aporte de US\$ 400 milhões pela montadora Cherry, que vai produzir automóveis no País. Esse segmento representa 5,2% do total de investimentos da China no

País e, evidentemente, a Cherry veio para o País para disputar o **mercado** interno, já superabastecido de veículos, não para montar aqui uma plataforma de **exportação**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO REGIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mario Cesar Flores - O Estado de S.Paulo

Setores brasileiros relutantes à globalização vêm manifestando mais simpatia pela integração regional, em que é naturalmente maior a presença relativa do Brasil. Além de vista como útil ao comércio regional (em tese, é), no qual o Brasil se destaca, a alternativa é entendida também como reforço da região nas negociações em foros globais (como a OMC).

Os fatos não têm sido assim positivos no Mercosul: a Tarifa Externa Comum e o livre-comércio intrabloco estão longe do idealizado e nas negociações globais não tem havido segurança de convergência regional.

Nosso trôpego Mercosul vem funcionando precariamente e funcionará pior se a Venezuela bolivariana nele ingressar de pleno, com suas idiosincrasias e seu antagonismo aos EUA - que não impede ser para os EUA mais da metade de sua exportação de petróleo... Para o comércio regional o ingresso tem potencial positivo, mas a prudência sugere-o inseguro, em razão do poder que a Venezuela terá para tumultuar arranjos extrarregionais, com os EUA e a União Europeia (UE), por exemplo.

A explicação dos tropeços do Mercosul é simples: uniões econômicas tendem à inconsistência quando são menos produto da conveniência econômica e mais da vontade política visionária. Se os interesses econômicos não se ajustam (questo do sucesso da visão política, ao menos quando inexistente ameaça estratégica que a justifique) porque as economias são demasiado assimétricas e não complementares, se não competidoras, a inconsistência acaba avançando (para a infraestrutura a proximidade geográfica também é exigida). No Mercosul os quesitos estão atendidos na geografia (o que sugere potencial na infraestrutura, sobretudo na energia) e limitadamente na economia, na qual existem conflitos.

Nascido geoeconômico nos anos 1980, desde 2003 para o governo brasileiro o Mercosul tem sido mais geopolítico. O que o vem mantendo vivo tem sido menos a lógica econômica e mais a vontade política, sobretudo brasileira. Na política internacional ampla o Mercosul geopolítico faz sentido, mas um sentido até agora frágil na realidade; a esse respeito, uma dúvida instigante: nossos

"companheiros" regionais apoiam a pretensão brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU...? De qualquer forma, porque visto como portador de potencial, seu preço vem sendo pago pelo Brasil, que está longe da opulência dos EUA do Plano Marshall, útil à recuperação da Europa pós-guerra e à defesa contra a URSS.

Há dificuldades em vários setores, a exemplo do gás boliviano e da energia de Itaipu, mas sobretudo no comércio, em que a Argentina é parceira saliente e difícil, os percalços da interação econômica agravados pela insegurança da vontade política argentina, positiva na infância "Sarney-Alfonsín" do acordo, regular com Menem (com o violento desabafo anti-Brasil do ministro da Economia Domingo Cavallo quando da desvalorização do real em 1999) e negativa com os Kirchner. Em suma, um contexto complexo, em que o Brasil vem sistematicamente cedendo vantagens.

A Argentina, país com potencial relevante, pode até estar certa no seu protecionismo anti-Brasil. Mas nesse caso vale a pena insistir no Mercosul geopolítico, sob turbulência econômica que inibe sua efetiva realização? Devemos continuar indefinidamente com nosso débil Plano Marshall caboclo, para o qual nos falta fôlego econômico e motivação estratégica? A ideia Mercosul é, portanto, positiva em tese, mas sua tumultuada realidade, hoje sustentada na vontade política, mais a brasileira, não tem correspondido ao ideal de sua criação. E a superação do déficit depende da vontade política também de nossos vizinhos, sujeita a injunções políticas internas e à visão que eles têm do Brasil, como parceiro merecedor de cuidados.

Além de insatisfatório no desempenho econômico interno, o Mercosul cerceia o Brasil no mundo porque impede acordos bilaterais (Brasil-UE, por exemplo) e a bilateralidade tendo o próprio Mercosul como uma ponta do bilateral (o que seria ótimo) é difícil em razão da dificuldade de conciliar interesses intrabloco. Quão mais difícil será com a Venezuela membro pleno...?

No mundo contemporâneo não há estanqueidade: acordos regionais, ainda que bem-sucedidos, não dispensam a interação globalizada, haja vista a UE, que procura ampliar seu comércio com o mundo porque precisa de produtos de

fora (sobretudo commodities) e também porque o **mercado** global amplia o dinamismo de sua economia. Os EUA já investem mais na China que no México porque o retorno da China é maior, a despeito da moldura da Nafta e da proximidade do México! Enfim, nenhum país (ou região) pode menoscabar o **comércio** global, por vezes no pressuposto de que o **mercado** interno prescindiria do internacional - uma fantasia ou meia-verdade, variável de país para país: os EUA dependem mais do interno, o Japão, do externo. O Brasil, mais do interno, mas o externo já pesa.

A afirmação do então presidente **Lula** de que a "onda" da crise de 2008-2009 teria sido uma "marola" aqui porque o **mercado** interno compensou a retração do externo expressa um caso de meia-verdade: o **mercado** interno ajudou, mas não seria solução. Além de limitado o poder aquisitivo de parcela ponderável de nossa população, o consumo interno não

poderia mesmo compensar a queda da **exportação**: o que fazer com dezenas de milhões de toneladas de soja se a UE e a China não as **importassem**? A queda da demanda de aviões, que atingiu a Embraer, teria compensação interna? Nossos parceiros regionais resolveriam isso...? A repercussão teria sido maior com **mercado** interno menor, mas ocorreria - e nosso **PIB** caiu 0,3% em 2009.

Priorizar a **regionalização** (ou a concepção Sul-Sul, lato sensu) é optar pelo natural destaque no Terceiro Mundo, engajar-se na globalização é optar pelo desejável caminho para o Primeiro Mundo. Nosso desafio é compatibilizar o **Mercosul** com o imperativo da globalização.

ALMIRANTE DE ESQUADRA

(REFORMADO)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA E EMPRESÁRIOS VÃO À CHINA LEVAR UMA COLEÇÃO DE RECLAMAÇÕES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Chineses importam matéria-prima e discriminam produtos de maior valor agregado, segundo queixas País asiático rebate dizendo que o Brasil não cumpriu a sua promessa de tratá-lo como uma economia de mercado

CLÓVIS ROSSI

COLUNISTA DA FOLHA

A presidente Dilma Rousseff chega à China no dia 11, no que Maria Edileuza Fontenele Reis, subsecretária-geral de Política no Itamaraty, classifica de "primeira visita de peso ao exterior". É verdade, mas está longe de significar apenas a pompa e os salamaleques associados a ocasiões do gênero.

Ao contrário. Dilma leva uma ampla comitiva de cerca de 300 empresários, que aproveitarão a ocasião para despejar as muitas queixas acumuladas contra a China.

Queixas que levaram Cynthia Arnson e Jeffrey Davidow, do Woodrow Wilson Center, a dizer, sobre as relações China/América Latina, que "os padrões de comércio se assemelham aos dos séculos 16 e 17" -isto é, ao período colonial.

Ou seja, a China importa matérias-primas, discrimina produtos de maior valor agregado e exporta bens industriais como peças para turbinas e eletroeletrônicos.

O grande exemplo de discriminação é o da Embraer, que se instalou na China em 2003, para fabricar o seu 145, avião para 50 passageiros. Queria produzir 50 unidades, mas só fez 16 porque o governo chinês disse que não era economicamente viável.

A Embraer pediu autorização, então, para fabricar um aparelho maior, mas ainda não houve resposta chinesa, passados quase quatro anos.

Esse exemplo é esgrimido frequentemente pela indústria brasileira para rechaçar a qualificação de "economia de mercado" que o governo prometeu outorgar à China, em 2004, o que inibiria ações de defesa comercial.

"É muito difícil distinguir em uma empresa o que é privado e o que é público na China. E não há preços definidos

pelo mercado", reclama Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Os chineses, de seu lado, queixam-se sempre de que o Brasil não cumpriu a promessa de tratar a China como "economia de mercado".

O Itamaraty alega que, para fazê-lo, é preciso uma regulamentação do Ministério de Desenvolvimento.

Como parece pouco razoável imaginar que uma mera regulamentação leve sete anos para ser adotada, o lógico é supor que o governo está respaldando discretamente a reclamação empresarial -sensação reforçada pela nutrida comitiva que acompanhará a presidente.

Comitiva que levará números sobre os danos à indústria brasileira causados pela concorrência chinesa.

Estudo da Fiesp mostra que, entre 2000 e 2009, o Brasil teve pesadas perdas nos dois maiores mercados do mundo: US\$ 9,3 bilhões nos EUA e US\$ 7,3 bilhões na União Europeia, além de US\$ 1,6 bilhão no parceiro político prioritário, a Argentina.

O estudo diz também que a competição chinesa resultou em perda de US\$ 15,2 bilhões aos produtores brasileiros.

Mesmo assim, a visita de Dilma não terá necessariamente um caráter conflitivo, até porque "não dá para deixar a China de lado", como reconhece pragmaticamente a diplomata Maria Edileuza.

De fato, não dá. Basta citar o exponencial aumento da corrente de comércio: de US\$ 2 bilhões em 2000 para os US\$ 56 bilhões de 2010.

E o Brasil, com todas as queixas, leva vantagem: teve um saldo de US\$ 5,2 bilhões.

Os números, os bons e os ruins, dão razão à embaixadora quando diz que "a relação Brasil/China será marcada pelo binômio competição/cooperação".

	VEÍCULO JORNAL DO BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Produção industrial sobe em nove dos 14 locais pesquisados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

RIO - Os índices regionais da produção industrial avançaram em nove dos 14 locais pesquisados entre janeiro e fevereiro de 2011 na série ajustada sazonalmente. As informações foram divulgadas hoje, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os destaques são Goiás (9,1%), Pernambuco (8,0%), Rio de Janeiro (5,1%), **Amazonas** (4,6%), Minas Gerais (3,4%) e Espírito Santo (2,2%), que apontaram crescimento acima da média nacional (1,9%). As outras regiões com taxas positivas foram: Ceará (1,4%), Rio Grande do Sul (1,2%) e São Paulo (1,1%). Entre as cinco áreas que reduziram a produção, Paraná (-10,5%) e Bahia (-8,8%) registraram quedas mais elevadas que Pará (-2,0%), região Nordeste (-1,1%) e Santa Catarina (-0,2%).

A produção também cresceu em oito dos 14 locais pesquisados na comparação com fevereiro do ano passado. De acordo com o IBGE, isso reflete não só uma maior produção no início do ano, como ainda o “efeito calendário”, pois, em 2011, fevereiro teve dois dias úteis a mais que em 2010.

Com avanços maiores que o observado em nível nacional (6,9%) figuraram Espírito Santo (14,4%), **Amazonas** (11,1%), Paraná (9,4%), Minas Gerais (8,8%), Rio Grande do Sul (7,9%) e Rio de Janeiro (7,0%). Os demais resultados positivos foram em São Paulo (6,8%) e Santa Catarina (4,1%). Bahia (-15,6%) teve a queda mais acentuada, refletindo uma menor produção no setor químico (-48,0%), graças à paralisação da atividade causada pelo desligamento do setor elétrico, que afetou a região Nordeste no início de fevereiro. Também registraram resultados negativos: região Nordeste (-

9,1%), Pernambuco (-3,4%), Goiás (-2,2%), Ceará (-1,6%) e Pará (-1,5%).

No indicador acumulado para o primeiro bimestre do ano, o avanço da produção atingiu nove dos 14 locais pesquisados. Cinco cresceram acima da média nacional (4,6%): Paraná (13,8%), Espírito Santo (11,7%), Minas Gerais (6,0%), **Amazonas** (5,6%) e São Paulo (5,1%). Nessas áreas, o dinamismo foi influenciado pela ampliação na fabricação de bens de consumo duráveis (automóveis e telefones celulares) e de setores produtores de bens de capital, além da recuperação das atividades tipicamente exportadoras, especialmente as commodities.

Com ganhos menores que a média, Rio de Janeiro (4,4%), Santa Catarina (3,3%) e Rio Grande do Sul (2,0%) completaram o conjunto de locais com taxas positivas. Os resultados negativos foram: Goiás (-1,6%), Pernambuco (-3,7%), Ceará (-6,0%), região Nordeste (-7,5%) e Bahia (-12,1%).

Na comparação com o índice do último trimestre de 2010, o acumulado para o primeiro bimestre de 2011, ambas as comparações contra igual período do ano anterior, apontou ligeira aceleração de ritmo em nível nacional, ao passar de 3,3% para 4,6%, movimento acompanhado por seis dos 14 locais pesquisados, com destaque para Paraná (de 3,5% para 13,8%), Espírito Santo (de 6,6% para 11,7%), São Paulo (de 2,8% para 5,1%) e Santa Catarina (de 1,3% para 3,3%). Goiás (de 15,0% para -1,6%) e Pará (de 11,5% para 1,1%) apontaram as principais reduções de ritmo entre os dois períodos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Justiça fecha empresas na <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Justiça Federal determinou o fechamento de quatro empresas acusadas de fraudar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Segundo a investigação, as empresas importavam produtos acabados, como televs e aparelhos de som, e os comercializavam como se fossem fabricados no polo industrial do Amazonas. Assim, garantiam a isenção de tributos, como o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os réus terão que ressarcir tributos sonegados, em valores não divulgados. Uma das condenadas é a DM Eletrônica, principal fornecedora do grupo CCE. Também foram alvos a Santel Tecnologia em Comunicação, a Bahia South Indústria da Amazônia e a BMA Indústria e Comércio.

Elas terão que pagar R\$ 3,1 milhões de reparação de danos morais coletivos. Segundo a Justiça, o dinheiro será revertido em projetos para os trabalhadores. Cabe recurso.

Essa é a primeira decisão de dez processos que tramitam na Justiça sobre o caso, que foi descoberto em 2002. Duas ações penais acusam os sócios das empresas de crimes de lavagem de dinheiro, contrabando, sonegação fiscal e uso de documento falso. A Receita Federal apreendeu como

contrabando R\$ 47,2 milhões em mercadorias importadas pelas empresas.

Um dos sócios da DM Eletrônica é o presidente do grupo CCE, Issac Sverner. Seu advogado, Rafael Tucherman, disse que o empresário teve o nome excluído de uma ação penal por meio de um habeas corpus, em 2006, concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Tucherman diz que Sverner é apenas um "sócio capitalista" da DM e que não participou das decisões gerenciais da empresa. "É uma acusação exagerada".

A defesa da empresa BMA disse que a indústria nega os crimes e que irá recorrer. Até a noite de ontem, a reportagem não havia localizado os representantes das empresas Santel e Bahia South Indústria.

A direção da Zona Franca diz que cancelou projetos das quatro empresas acusadas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO MEGGA QUER ALCANÇAR RECEITA DE US\$ 1 BI E MANTER <u>IMPORTAÇÕES</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Stella Fontes | De São Paulo

Um dos maiores importadores de bens de capital do país, o grupo Megga, fundado há 20 anos pelo empresário chinês radicado no Brasil Thomas Lee, estabeleceu uma meta ousada para os próximos 10 anos: quintuplicar o faturamento e levar a receita anual consolidada de suas empresas à casa de US\$ 1 bilhão. Para alcançar esse objetivo, seguirá abrindo novas frentes de negócio - hoje já são seis áreas complementares - e buscará mais associações com fabricantes estrangeiras de máquinas e equipamentos.

Ter fábricas próprias ou montar esses bens no país, por enquanto, não está nos planos do grupo importador que, em algum momento antes de chegar ao primeiro bilhão de faturamento anual, poderá abrir capital.

Como parte da estratégia de longo prazo, e das comemorações pelos 20 anos de fundação, o grupo anunciará em maio a criação da sétima empresa, a Meggamach, que fornecerá tornos e fresadoras para metalúrgicas de pequeno porte e varejistas que atuam nesse segmento. Para este ano, o grupo projeta receitas de US\$ 200 milhões, uma alta superior a 20%.

Além disso, nos próximos meses, formalizará a constituição de uma joint venture, por meio da controlada Meggaform, com a japonesa Amada, uma das maiores indústrias mundiais na área de máquinas equipamentos para corte e conformação. Inicialmente, conta o presidente do grupo brasileiro, Stefan Lee, serão investidos US\$ 10 milhões na operação, que compreenderá um centro tecnológico e será voltada também ao financiamento de clientes. "O centro funcionará com uma espécie de incubadora de novas fábricas", conta.

A associação, que deve ser batizada Amada Megga, será a oitava empresa sob o guarda-chuva do grupo, que foi fundado pelo pai de Stefan, Thomas Lee, pouco antes da abertura comercial promovida pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello. À época, lembra Thomas, o país carecia de uma série de equipamentos, entre eles parafusadeiras industriais. Nascia a Meggatton, importadora desses bens e

fornecedora de praticamente todas as montadoras que atuam hoje no país, e concorrente, entre outras, da brasileira Romi.

O forte crescimento da primeira empresa do grupo gerou um segundo negócio, resultado da cisão da Meggatton: a Meggatech, focada em produtos de alta tecnologia. Mas a Meggatton continuou crescendo e deu origem a mais um filhote, a Meggaform, de máquinas de conformação, segmento disputado com empresas de grande porte como a alemã Trumpf. Pouco tempo depois veio a Meggaplástico, que importa e comercializa injetoras, sopradoras e extrusoras. "Dois terços dos negócios dessas quatro Megga estão na indústria automobilística", diz Thomas. "Todo carro que circula no país tem ao menos uma peça fabricada em equipamentos Megga."

Para atender a demanda por máquinas móveis, como empilhadeiras, o grupo criou ainda a Meggalog. Por fim, a Meggadig, reuniu os negócios na área de construção civil. "Quem sabe mais à frente teremos a Meggaoil", brinca o fundador, referindo-se ao potencial de vendas de máquinas para a área de petróleo e gás em tempos de exploração do pré-sal.

De acordo com Stefan, que assumiu a presidência do grupo em 2007, e seguiu as rédeas da operação durante a crise e o aperto na oferta mundial de crédito, o maior potencial de crescimento do grupo, neste momento, está no setor de construção, em razão da necessidade de aportes em infraestrutura no país e, portanto, dos investimentos que devem ser direcionados a bens de capital. O câmbio, que nos níveis atuais é favorável às importações, não é grande fator de preocupação, conta o executivo. "Ao tomar a decisão de comprar um equipamento, o cliente não está olhando para o preço apenas. Mais do que isso, pesa a confiança dele na economia e no ritmo de crescimento do país."

Com 20 mil equipamentos comercializados no país - volume suficiente para encher 20 estádios de futebol, segundo Thomas -, o grupo vende máquinas que custam de R\$ 20 mil a alguns milhões de reais. E não teme críticas de quem produz no mercado nacional. "Os importados complementam a oferta", defende o fundador.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO DEFINE MINISTRO DA AVIAÇÃO CIVIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

Wagner Bittencourt de Oliveira, diretor de Infraestrutura do Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, será o primeiro ministro a ocupar a Secretaria Nacional de Aviação Civil por escolha da presidente Dilma Rousseff. Oficializada a indicação, ontem, o novo ministro teve um almoço, no Palácio do Planalto, com Dilma e os presidentes da Infraero, Gustavo do Vale, e do **BNDES**, Luciano Coutinho.

Criada com status de **Ministério**, a secretaria terá 129 cargos e será responsável por implantar as novas diretrizes para a aviação civil, englobando políticas que antes eram ligadas ao **Ministério** da Defesa.

A demora na definição de um nome para conduzir as mudanças nessa área incomodava a presidente, que colocou como uma de suas prioridades resolver a situação aérea brasileira, tanto nos aeroportos quanto na criação de novas linhas aéreas para atender à crescente demanda do setor. E, também, preparar o país para os dois grandes eventos que virão, como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada no Rio de Janeiro em 2016.

Wagner Bittencourt é funcionário de carreira do **BNDES**. Além de várias funções no banco, foi secretário do **Ministério** da Integração Nacional durante o governo Fernando Henrique Cardoso, **Superintendente** da Sudene e presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste.

O futuro ministro, que só poderá tomar posse quando a medida provisória que cria a secretaria for aprovada pelo Congresso, conheceu a presidente quando ela era chefe da Casa Civil.

Durante a gestão de Demian Fiocca no **BNDES**, Bittencourt foi promovido para o cargo de diretor de Infraestrutura, cargo em que permaneceu com a substituição de Fiocca por Luciano Coutinho.

Apesar de ser um técnico reconhecido, a indicação de Wagner surpreendeu até mesmo seus colegas de trabalho no **BNDES**. O Valor apurou que seu nome já era cotado para ocupar a secretaria-executiva, equivalente a um vice-ministro da Secretaria de Aviação Civil, e não o posto de ministro.

"Todo mundo reconhece a competência do Wagner, especialmente nessa área de infraestrutura", disse um aliado de Dilma. Mas o perfil inicialmente pretendido pela presidente era outro.

A exemplo do que ocorreu em relação à Autoridade Pública Olímpica (APO), quando o governo conseguiu nomear o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Dilma também queria um nome de grande visibilidade no **mercado**, com trânsito no exterior, para dar credibilidade à nova secretaria.

O primeiro a ser pensado pela presidente Dilma - e sondado pelo chefe da Casa Civil, Antonio Palocci - foi do ex-presidente do Banco do **Brasil** e atual presidente do Banco Safra, Rossano Maranhão. Rossano, no entanto, não conseguiu desvincular-se do banco e, apesar de animado com o desafio - e entusiasmado com a possibilidade de trabalhar em parceria com o presidente da Infraero, Gustavo do Vale, de quem é amigo - acabou declinando do convite.

Rossano sugeriu, então, o nome de Luiz Falco, presidente da Oi, para ser o titular da nova secretaria. As conversas chegaram a acontecer, mas o fato de Falco estar de saída da Oi, empresa na qual a Andrade Gutierrez é uma das acionistas, pesou contra ele. A empreiteira planeja construir o terceiro aeroporto em São Paulo e o governo avaliou que poderia haver "conflito de interesse". Outro nome cogitado era do ex-presidente da Febraban, Fábio Barbosa, que rejeitou a proposta desde o início.

Animado com as recusas, o PP tentou indicar o ex-ministro das Cidades, Márcio Fortes. Mas o Planalto considerou que ele não tinha o perfil concebido para o cargo e, também, não pretendia comprar mais uma briga com o PMDB.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO DIRETOR DO <u>BNDES</u> COMANDARÁ SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Wagner Bittencourt de Oliveira, que respondia pelas obras do PAC no banco, tem a missão de reorganizar aeroportos

Geralda Doca

BRASÍLIA. O governo indicou para comandar a nova Secretaria de Aviação Civil (SAC), com status de Ministério, o funcionário de carreira do BNDES Wagner Bittencourt de Oliveira, atual diretor de Infraestrutura, Insumos Básicos e Estruturação de Projetos do banco de fomento. A presidente Dilma Rousseff queria um executivo de peso para o cargo e o nome escolhido inicialmente foi o de Rossano Maranhão (ex-presidente do Banco do Brasil que, atualmente, está à frente do Safra), mas seus planos foram frustrados.

Maranhão não teria conseguido se desvencilhar do Safra e o governo considerou não haver mais tempo hábil para esperá-lo sem atrasar o início da tarefa de resgate do sistema Aeroportuário. O ex-ministro das Cidades Márcio Fortes também chegou a ser cogitado pelo Planalto. Surgiu então o nome de Bittencourt de Oliveira, que teria sido indicado pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Ele já contava com a simpatia da presidente, com quem mantém contato desde os tempos em que Dilma era ministra da Casa Civil e coordenava as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na diretoria do BNDES, Bittencourt de Oliveira, que é engenheiro, respondia pelos grandes projetos do programa, como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Além disso, participou de todos os estudos encomendados pelo governo para solucionar os gargalos da infraestrutura aeroportuária, como a abertura de capital da Infraero, a proposta de concessão do novo terminal do Rio

Grande do Norte e uma radiografia do sistema comissionada à consultoria McKinsey e ao BNDES.

Dilma tem pressa para adotar o regime de concessão. Na segunda-feira, durante uma reunião com o presidente da Infraero, Gustavo Vale, ela disse que os aeroportos das cidades-sede da Copa de 2014 têm prioridade. A Infraero estará subordinada à SAC, assim como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Bittencourt de Oliveira, segundo fontes, teria sido surpreendido pela escolha de seu nome. O martelo foi batido na noite de segunda-feira, numa reunião comandada pelo ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Ontem, ele foi do Rio para Brasília, onde almoçou com a presidente. Passou o dia discutindo a composição da SAC.

O principal desafio do ministro será dar um choque de gestão no sistema aeroportuário. Em audiência ontem na Câmara, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, disse que Dilma anunciará em breve inovações no setor.

Uma das medidas seria retirar alguns terminais das mãos da Infraero e repassá-los a estados e municípios, que poderão concedê-los à iniciativa privada. O nome de Bittencourt de Oliveira foi bem recebido por autoridades e representantes do mercado.

- Foi uma solução técnica perfeita. Ele participou de todos os processos de privatização do país - disse Gustavo Vale.
- É um perfil técnico, não tem ligações com as grandes construtoras nem com segmentos empresariais da aviação - afirmou um executivo do ramo.

COLABOROU Gerson Camarotti

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO SOLVENTE E VISCOSE <u>IMPORTADOS</u> SÃO SOBRETAXADOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo conclui que produtos dos EUA e da China têm preços artificialmente baixos e causam danos à indústria nacional

Vivian Oswald

. BRASÍLIA. Em novo esforço para proteger a indústria nacional, o governo aprovou ontem a aplicação de direitos antidumping contra as **importações** de malha de viscosa da China e do solvente n-butanol dos Estados Unidos. **Importantes** matérias-primas para a fabricação de roupas femininas (viscosa) e de plásticos, tintas e vernizes (n-butanol), os produtos representaram **importações** de mais de US\$ 130 milhões no ano passado. Só os itens chineses correspondem a US\$ 95,1 milhões.

A Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) julgou que as empresas dos dois países vinham praticando preços excessivamente baixos e artificialmente inferiores aos valores que cobram nos seus próprios **mercados**.

As investigações feitas pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom) do **Ministério** do **Desenvolvimento**, Indústria e **Comércio** Exterior (**MDIC**) concluíram que as **importações** destes produtos vinham causando danos à indústria nacional decorrente de dumping e da concorrência esleal. Como punição, estes produtos terão que pagar uma sobretaxa para entrar no Brasil.

No caso dos produtos chineses, a aplicação de direito antidumping será de uma alíquota específica fixa de US\$ 4,10, por quilo, durante cinco anos.

O pedido de investigação para aplicação de antidumping foi feito por empresas do setor de confecção. A

indústria têxtil é uma das mais afetadas pela concorrência com produtos chineses. As malhas de viscosa são utilizadas na fabricação de roupas, principalmente para o público feminino, sendo as mais comuns blusas, saias e vestidos, além de acessórios.

O imposto de **importação** do produto é de 26%. - Butanol: US\$ 35,7 milhões **importados** em 2010 o caso do n-Butanol dos Estados Unidos, cujas **importações** somaram US\$ 35,7 milhões no ano passado, será aplicado direito antidumping provisório, por um prazo de até seis meses. A alíquota será diferenciada por empresa afetada pela medida: The Dow Chemical Company (US\$ 244,91 por tonelada), Basf Corporation (US\$ 127,53 por tonelada), Oxea Corporation (US\$ 125,74 por tonelada), Eastman Chemical Company (US\$ 236,93 por tonelada) e outros produtores / **exportadores** (US \$ 244,91 por tonelada).

O n-Butanol é um solvente orgânico usado na **produção** de plastificantes, indústria de tintas e vernizes, perfumes e intermediários para detergentes e antibióticos. A alíquota do Imposto de **importação** do produto é de 12%. O pedido de investigação foi feito pela única produtora de n-Butanol que existe no país.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Wilson Santiago quer criar <u>Zona Franca</u> do semi-árido nordestino		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para estimular a instalação de novas empresas, diminuir a desigualdade regional e ajudar o desenvolvimento econômico do Nordeste, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu nesta terça-feira (5) a criação da Zona Franca do Semi-Árido Nordestino, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Segundo ele, é na região do semi-árido nordestino que a desigualdade econômica se faz mais presente.

Wilson Santiago informou que o semi-árido reúne 1.134 municípios, cuja população chega a mais de 22 milhões de pessoas, sendo que a maioria vive em situação de pobreza. Ele assinalou que foi por isso que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou e ampliou o programa Bolsa-Família, que teve continuidade no governo da presidente Dilma Rousseff.

- Diante dessa situação, fica clara a necessidade de que o Estado brasileiro implemente meios que promovam o desenvolvimento na região, gerando emprego e renda para toda a população – afirmou.

Pela proposta do senador, a Zona Franca teria como centro o município de Cajazeiras, na Paraíba, e sua área se estenderia para o Leste até o município de Patos, também na Paraíba. Ao Norte, iria até o município de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte; ao Oeste, até o município de Juazeiro do Norte, no Ceará; e ao Sul, até o município de Serra Talhada, em Pernambuco.

Wilson Santiago explicou que a escolha dessa, área com raio de 100 quilômetros, se deu por estar geograficamente localizada no centro do semi-árido, além de estar próxima a aeroporto e porto e ter uma boa infraestrutura rodoviária, por onde poderia ser escoada futuramente a produção industrial da Zona Franca.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse, em aparte, que é testemunha dos efeitos positivos da Zona Franca de Manaus, pois 98% das florestas do Amazonas foram preservadas com a instalação de mais de 400 indústrias que geram mais de 400 mil empregos.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que “é inacreditável” que ainda hoje se bata na tecla das desigualdades regionais, por não existir política específica para acabar com elas.

Da Redação / Agência Senado

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Deputado quer reciprocidade em preservação ambiental para <u>importação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) reiterou sua proposta de exigir reciprocidade do resto do mundo em preservação ambiental para importação. “O Brasil tem regras rígidas, mas o resto do mundo não tem. Deixamos de produzir no Brasil e importamos de outros países que derrubam árvores. Isso não faz sentido”.

Na opinião do deputado, que foi ministro da Agricultura no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, essa seria uma maneira, inclusive, de “chocar um pouco o mundo”.

Stephanes disse ainda que a alteração proposta ao código não vai resolver todos os problemas relativos à produção rural, pois significa apenas “retirar o bode da sala”. “Implementar infraestrutura na Amazônia é impossível; tudo é proibido, não se pode asfaltar uma estrada”, sustentou.

Mesma opinião expressou o deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR). Para ele, “essa discussão é um ‘Sonrisal’ para quem está na UTI; não vai acrescentar nada”. Na avaliação do parlamentar, o necessário “é desmontar essa máquina de moer agricultor que foi montada no Brasil”.

O debate ocorreu durante audiência pública realizada pela Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional para discutir o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei 1876/99, que institui um novo Código Florestal.

A reunião foi encerrada há pouco.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO Explode <u>importação</u> de modems, equipamentos wireless e celulares		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **mercado** brasileiro de TIC está aproveitando a **supervalorização do Real frente ao dólar para importar como nunca para suprir a demanda do mercado interno. Dados divulgados pela Abinee nesta terça-feira, 05/04, revelam que houve expressivo crescimento nas importações de produtos voltados para o mercado de telecomunicações nos dois primeiros meses do ano.**

A **importação** de modem para a oferta de banda larga, por exemplo, registrou um impulso de 220%. Os telefones celulares também tiveram forte alta - 88%. Já as vendas externas dos aparelhos - que por muito tempo liderou a receita do setor eletroeletrônico - recuaram 26%.

No mês de fevereiro de 2011, as **importações** de produtos da indústria elétrica e eletrônica alcançaram US\$ 2,78 bilhões, resultado superior aos atingidos no mesmo mês dos dois anos anteriores. As maiores taxas, aponta a Abinee, foram das compras externas de bens de Telecomunicações (+52,3%), Utilidades Domésticas (+48,6%) e GTD (+46,3%).

Na área de Telecomunicações, verificaram-se crescimentos expressivos nas **importações** de diversos produtos, como: equipamentos de comunicação sem fio (+377%), modem (+220%), telefones celulares (+88%) e aparelhos de radiodifusão (+69%).

As áreas de Utilidades Domésticas (+48,2%) e Telecomunicações (+45,3%) registraram as maiores taxas de incremento. No caso de Telecom, observa a Abinee, os

principais destaques do bimestre foram das **importações** de telefones celulares (+70%) e de aparelhos de radiodifusão (+60%).

As **importações** de Componentes Elétricos e Eletrônicos totalizaram US\$ 2,9 bilhões, representando 52% do total do setor. Entre seus itens estão os produtos mais **importados** do setor: semicondutores (US\$ 722 milhões), componentes para telecomunicações (US\$ 693 milhões) e componentes para informática (US\$ 428 milhões).

Se as **importações** aumentam, as **exportações** despencam. No caso dos celulares - que no período perderam, pela primeira vez, a liderança do produto mais vendido no exterior para as soluções eletrônicas embarcadas - as vendas externas recuaram 26%, totalizando US\$ 113 milhões.

A representatividade destes aparelhos no total do setor vem caindo a cada ano. Em 2005, participava com 31% do total. Em 2010, o percentual ficou em 13%. Neste período janeiro-fevereiro de 2011, o percentual caiu para 11%. As **exportações** totais de bens de Telecomunicações recuaram 16,9%, somando US\$ 163,1 milhões.

Com as **exportações** somando US\$ 1,05 bilhão e as **importações**, US\$ 5,59 bilhões, o déficit da balança comercial de produtos eletroeletrônicos, no período acumulado de janeiro-fevereiro de 2011, atingiu de US\$ 4,54 bilhões. Este resultado foi 25% superior ao registrado em igual período de 2010 (US\$ 3,63 bilhões).

	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA	
	TÍTULO Embaixador do Peru quer estreitar relações comerciais com <u>ZFM</u>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para o diplomata, o estreitamento comercial entre ZFM e o país andino é considerado estratégico na busca pela ampliação das relações econômicas.

05 de Abril de 2011

acritica.com

Um dos pontos abordados durante o encontro foi a possibilidade de definição de uma agenda comercial positiva (Divulgação Suframa)

A pouco mais de um mês de sua posse na Embaixada Brasileira em Lima, o embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, participou de reunião na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Em pauta, a intensificação do fluxo comercial entre a Zona Franca de Manaus (ZFM) e o país andino.

Um dos pontos abordados durante o encontro foi a possibilidade de definição de uma agenda comercial positiva a fim de identificar oportunidades de negócios entre os dois países.

Para o diplomata, esse trabalho de estreitamento comercial entre ZFM e o país andino é considerado estratégico na busca pela ampliação das relações econômicas entre o Brasil e o Peru. “O que nos interessa é ampliar o fluxo comercial entre esses dois países e na medida do possível, diminuir os desequilíbrios existentes de tal forma que se possa ampliar a agregação de valor aos produtos e proporcionar maior geração de empregos nos dois lados”, frisa.

Na oportunidade, a Suframa destacou os principais segmentos do PIM, sendo Eletroeletrônico/Bens de Informática e polo de Duas Rodas e anunciou também os investimentos governamentais em infraestrutura, entre os quais, o gasoduto

Coari-Manaus e o linhão de Tucuui, uma linha de transmissão de energia que vai interligar Manaus ao sistema nacional.

Carlos Alfredo Teixeira aproveitou para ressaltar a relevância da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento socioeconômico da região. “A ZFM é um exemplo de desenvolvimento pujante e ao mesmo tempo sustentável, localizada no coração de uma região que é da maior importância para o Brasil e para o resto do mundo por ser um polo de biodiversidade, de água doce, enfim, de tudo aquilo que se precisa preservar e ao mesmo tempo, utilizar de maneira sustentável”, finalizou.

Balança comercial

No ano passado, as importações feitas pelo Amazonas do Peru contabilizaram US\$ 49,3 milhões. Nos meses de janeiro a fevereiro de 2011, o valor das importações atingiu US\$ 9,1 milhões – montante 24,20% superior ao atingido no mesmo período de 2010, que foi de US\$ 7,3 milhões. O montante de exportações do Amazonas para o país vizinho foi de US\$ 51,520 milhões. Nos dois primeiros meses deste ano, as vendas do Amazonas ao comércio peruano atingiram US\$ 6,607 milhões, aumento de 86,74% em relação a janeiro e fevereiro de 2010, cujo volume de exportação somou US\$ 3,538 milhões.

Informações da Assessoria de Comunicação da Suframa

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Gecex aprova aplicação de direitos antidumping sobre importações da China e dos Estados Unidos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Medidas atingem importações de malha de viscose da China e n-Butanol dos Estados Unidos

Foram aprovados, nesta terça-feira (5/4), pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de **Comércio** Exterior (Gecex), ad referendum do Conselho de Ministros da Camex, novas medidas de defesa comercial sobre **importações** brasileiras da China e dos Estados Unidos. Investigações feitas pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom) do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) concluíram que as **importações** de malha de viscose (NCM 6004.10.41; 6004.10.42; 6004.10.43; 6004.10.44; 6004.90.40; 6006.41.00; 6006.42.00; 6006.43.00; e 6006.44.00) da China e de n-Butanol (NCM 2905.13.00) dos Estados Unidos causaram dano à indústria brasileira decorrente de dumping praticado.

Malhas de viscose

Com base no resultado da investigação do Decom, o Gecex decidiu aprovar a aplicação de direito antidumping definitivo, por até cinco anos, sob a forma de alíquota específica fixa de U\$ 4,10 por kg, para as **importações** brasileiras de malhas de viscose, com ou sem elastano, originárias da China.

O pedido de investigação para aplicação de antidumping foi feito por empresas do setor de confecção. As malhas de viscose são utilizadas na fabricação de roupas, principalmente para o público feminino, sendo as mais comuns: blusas, saias, vestidos e acessórios. O Imposto de **Importação** do produto é de 26%.

n-Butanol

O Comitê Executivo de Gestão da Camex também decidiu aplicar direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 meses, às **importações** brasileiras de n-Butanol, originárias dos Estados Unidos da América a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa, conforme tabela abaixo:

Direito Antidumping Provisório

Em US\$/tonelada

Produtor/**Exportador** Direito Antidumping

The Dow Chemical Company (TDCC) 244,91

Basf Corporation 127,53

Oxea Corporation 125,74

Eastman Chemical Company 236,93

Outros produtores/**exportadores** 244,91

Elaboração: DECOM

O n-Butanol é um solvente orgânico. Suas principais aplicações são na **produção** de plastificantes, indústria de tintas e vernizes, perfumes e intermediários para detergentes e antibióticos. A alíquota do Imposto de **Importação** do produto é de 12%. O pedido de investigação foi feito pela única produtora nacional de n-Butanol. As medidas aprovadas pelo Gecex entram em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU).

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Conselho amplia uso de créditos de PIS e Cofins		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Laura Ignacio | De São Paulo

Uma recente decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) abre a possibilidade das empresas utilizarem créditos do PIS e da Cofins que hoje não são aceitos pela Receita Federal. Por unanimidade, os conselheiros definiram que quaisquer custos ou despesas para a produção do bem ou prestação de serviço deve gerar crédito dessas contribuições.

Na prática, com base nessa decisão, os contribuintes podem tentar obter o direito de usar créditos relativos ao frete no transporte de mercadorias entre empresas do mesmo grupo, por exemplo, ou verbas para publicidade e propaganda, taxas administrativas de cartões de crédito, despesas com vale-transporte e refeição. Bem como o custo do varejo com energia elétrica para a iluminação de prateleiras.

O Fisco costuma aceitar como crédito apenas o que é apontado na legislação que criou a não cumulatividade do PIS e da Cofins - leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003. Em geral, a Receita só permite a obtenção de créditos sobre valores gastos com o que a empresa usa ou consome diretamente na produção do bem ou prestação de serviço, a exemplo da aquisição de máquinas para o ativo permanente.

A lista que consta na legislação, porém, não é taxativa e como o conceito de insumo não está expresso na lei, as empresas consultam a Receita Federal para saber o que gera crédito. Segundo recentes soluções de consulta, a Receita entende que deve ser levado em conta o conceito de insumo da lei do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Isso quer dizer que as empresas só podem tomar crédito do PIS e da Cofins em relação ao que é usado diretamente na produção do bem.

De acordo com a decisão do Carf, esse conceito seria mais amplo, devendo ser levado em conta o que é insumo segundo o regulamento do Imposto de Renda. O voto do conselheiro relator Gilberto de Castro Moreira Júnior, acompanhado pelos demais, descreve que, para fins de classificação de insumo do PIS e da Cofins, insumo é todo custo necessário, usual e normal na atividade da empresa. No caso julgado, uma fábrica de móveis gaúcha conseguiu derrubar

multa por ter usado créditos sobre custos com material para manutenção de máquinas e equipamentos, como lubrificantes.

Assim, agora há maior possibilidade de uso de créditos pelas empresas, o que pode gerar redução da carga tributária. "É uma decisão administrativa, que também poderá ser usada como forte embasamento para as discussões hoje já existentes na esfera judicial", afirma o advogado tributarista Igor Nascimento de Souza, do escritório Souza, Schneider, Pugliese e Sztokfisz Advogados. A banca vai usar a decisão em ações judiciais. "Se prevalecer esse entendimento, a arrecadação das contribuições pode cair."

O advogado Mauricio Barros, do escritório Gaia, Silva Gaede & Associados, entende que a decisão pode permitir a obtenção de créditos com energia elétrica, aluguel, depreciação de ativo imobilizado e benfeitorias. Recentes soluções de consultas da Receita Federal rejeitaram o aproveitamento de créditos sobre gastos dessas espécies.

O advogado Luiz Rogério Sawaya Batista, do escritório Nunes e Sawaya Advogados, comemora mais um julgamento nesse sentido. Essa é a segunda decisão do Carf favorável aos contribuintes. "É comum ter empresas que optam por usar o crédito e aguardar eventual autuação. A decisão do Carf será uma importante ferramenta de defesa", afirma. O tributarista explica que não deve ser aplicado o mesmo critério da lei do IPI porque a não cumulatividade do PIS e da Cofins é distinta. "O sistema não cumulativo do PIS e da Cofins foi criado justamente para que a carga de impostos não se sobrepusesse a cada fase da cadeia produtiva."

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o conceito aceito pela 3ª Seção do Carf é amplo demais. O procurador-chefe da Fazenda Nacional no Carf, Paulo Riscado, defende que deve ser aplicado o conceito de insumo estabelecido na lei do IPI. O órgão ainda decidirá qual tipo de recurso aplicará ao caso.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO LUIZ EDUARDO MELIN É NOMEADO DIRETOR DO <u>BNDES</u> EM SUBSTITUIÇÃO A WAGNER OLIVEIRA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O economista Luiz Eduardo Melin foi nomeado diretor do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) no lugar de Wagner Bittencourt de Oliveira, que foi convidado a assumir o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil. Funcionário de carreira do Banco Central e ex-secretário e chefe de gabinete do **Ministério** da Fazenda, Melin retorna ao **BNDES**, onde já foi diretor entre 2003 e 2004.6,21%.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Justiça fecha 4 empresas acusadas de fraudes em <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

KATIA BRASIL

DE MANAUS

A Justiça Federal determinou o fechamento de quatro empresas acusadas de fraudar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

Segundo a investigação, as empresas **importavam** produtos acabados, como TVs e aparelhos de som, e os comercializavam como se fossem fabricados no polo industrial do **Amazonas**.

Assim, garantiam a isenção de tributos como o Imposto de **importação** e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Os réus terão que ressarcir tributos sonegados, em valores não divulgados.

Uma das condenadas é a DM Eletrônica, principal fornecedora do grupo CCE. Também foram alvos a Santel Tecnologia em Comunicação, a Bahia South Indústria da **Amazônia** e a BMA Indústria e **Comércio**

Elas terão que pagar R\$ 3,1 milhões de reparação de danos morais coletivos. Segundo a Justiça, o dinheiro será revertido em projetos para os trabalhadores. Cabe recurso.

Essa é a primeira decisão de dez processos que tramitam na Justiça sobre o caso, que foi descoberto em 2002. Duas ações penais acusam os sócios das empresas de crimes

de lavagem de dinheiro, contrabando, sonegação fiscal e uso de documento falso.

A Receita Federal apreendeu como contrabando R\$ 47,2 milhões em **mercadorias importadas** pelas empresas.

OUTRO LADO

Um dos sócios da DM Eletrônica é o presidente do grupo CCE, Issac Sverner. Seu advogado, Rafael Tucherman, disse que o empresário teve o nome excluído de uma ação penal por meio de um habeas corpus, em 2006, concedido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Tucherman diz que Sverner é apenas um "sócio capitalista" da DM e que não participou das decisões gerenciais da empresa. "É uma acusação exagerada."

A defesa da empresa BMA disse que a indústria nega os crimes e que irá recorrer.

Até a noite desta terça-feira, a reportagem não havia localizado os representantes das empresas Santel e Bahia South Indústria.

A direção da **Zona Franca** diz que cancelou projetos das quatro empresas acusadas.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Frente contra corrupção é relançada na Câmara dos Deputados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Denúncia de suposto desvio e malversação de recursos públicos na Suframa foi um dos assuntos citados pelo coordenador-geral Francisco Praciano

Brasília, 06 de Abril de 2011

ANTONIO PAULO

Na reinstalação dos trabalhos, o deputado federal Praciano lembrou de escândalos locais (Helder Prado/Agência Tempo)

O suposto desvio e malversação de recursos públicos na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a partir da denúncia do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF), foi utilizado pelo deputado Francisco Praciano (PT-AM) como uma das justificativas à reinstalação da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção ocorrida nesta terça-feira (5) na Câmara dos Deputados.

“Além de casos envolvendo corrupção em valores de R\$ 50 milhões por conta de contratos feitos, pagos e sem a contrapartida real do serviço, há denúncia de R\$ 500 milhões desviados por uma entidade que é a gestora do último modelo que sustenta o Estado do Amazonas, a Zona Franca de Manaus. A Suframa está envolvida em uso indevido de recursos públicos dessa monta”, discursou o novo coordenador-geral da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção diante de uma mesa e de um plenário compostos por deputados e representantes de entidades como a OAB, o Conselho Nacional do Ministério Público (Conamp), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Controladoria-Geral da União.

Ainda citando casos do Amazonas, Praciano lembrou da “Operação Albatroz”, da Polícia Federal, cujo inquérito tramita há cinco anos na Justiça sem qualquer julgamento e punição dos culpados.

“A PF descobriu uma quadrilha que desviou R\$ 500 milhões e um dos acusados (Isper Abraham) era o secretário estadual da Fazenda. Passado todo esse tempo, o processo está engavetado e ninguém foi punido. O que é mais curioso e preocupante é que esse mesmo acusado é hoje o dono do cofre (Secretário Municipal de Fazenda) da Prefeitura de Manaus”.

O parlamentar do PT “passeou” por outros casos envolvendo corrupção no Estado: em Maués, R\$ 5 milhões teriam sido desviados da obra de tratamento de esgoto; R\$ 5 milhões para ações de resíduos sólidos; R\$ 15 milhões para habitação e outros R\$ 5 milhões na saúde.

Lei da Ficha Limpa

No relançamento da Frente Parlamentar, o secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coelho, propôs ao grupo parlamentar que dê prioridade, na sua pauta de trabalho, a defesa da Lei da Ficha Limpa.

A meta é garantir a aplicação da lei nas eleições de 2012. A proposta foi aprovada por unanimidade e recebeu o apoio de todos os presentes na reunião. Por ter conseguido 209 assinaturas – 11 a mais que as necessárias – a Frente Parlamentar conseguiu ampliar seu raio de ação para o Senado, tornando-se mista.

Lista de combate

A Frente pretende apresentar ao presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), uma lista de projetos de lei para o combate à corrupção, além de pedir a prioridade na pauta de votações. São cerca de 100 propostas.

Os prejuízos para o Brasil

O coordenador-geral da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, deputado Francisco Praciano (PT-AM) iniciou o discurso de relançamento da frente utilizando dados de um estudo do Departamento de Competitividade e Tecnologia, da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) que mostra os prejuízos econômicos e sociais que a corrupção causa ao País.

A pesquisa, com dados de 2008, mas divulgada no ano passado, aponta que o custo médio anual da corrupção no Brasil representa de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de R\$ R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões.

O levantamento também traz simulações de quanto a União poderia investir, em diversas áreas econômicas e sociais, caso a corrupção fosse menos elevada. No caso da Educação,

o número de matriculados na rede pública do ensino fundamental saltaria de 34,5 milhões para 51 milhões de alunos.

Um aumento de 47%, que incluiria mais de 16 milhões de jovens e crianças. Com menos corrupção, o número de leitos

para internação nos hospitais públicos do SUS, que hoje é de 367.397, poderia crescer 89%, com 327.012 leitos a mais para os pacientes.

	VEÍCULO E BAND	EDITORIA	
	TÍTULO IBGE aponta alta na <u>produção</u> industrial em nove de 14 regiões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Produção industrial continua mantendo bom desempenho, segundo o IBGE

Da Redação

economia@eband.com.br

Os índices regionais da produção industrial avançaram em nove dos 14 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre janeiro e fevereiro de 2011 na série ajustada sazonalmente. Os destaques são Goiás (9,1%), Pernambuco (8,0%), Rio de Janeiro (5,1%), **Amazonas** (4,6%), Minas Gerais (3,4%) e Espírito Santo (2,2%), que apontaram crescimento acima da média nacional (1,9%).

As outras regiões com taxas positivas foram: Ceará (1,4%), Rio Grande do Sul (1,2%) e São Paulo (1,1%). As cinco áreas que reduziram a produção foram Paraná (-10,5%), Bahia (-8,8%), Pará (-2,0%), região Nordeste (-1,1%) e Santa Catarina (-0,2%).

A produção também cresceu em oito dos 14 locais pesquisados na comparação com fevereiro do ano passado. Isso reflete não só uma maior produção no início do ano, como ainda o “efeito calendário”, pois, em 2011, fevereiro teve dois dias úteis a mais que em 2010.

No indicador acumulado para o primeiro bimestre do ano, o avanço da produção atingiu nove dos 14 locais pesquisados. No confronto com o índice do último trimestre de 2010, o acumulado para o primeiro bimestre de 2011 apontou ligeira aceleração de ritmo em nível nacional, ao passar de 3,3% para 4,6%.

Fevereiro

Outro levantamento do IBGE A produção industrial brasileira cresceu 1,9% em fevereiro deste ano, em relação ao mês anterior. Trata-se do resultado mais elevado em 11 meses. Em janeiro, a indústria apresentou expansão de 0,2%.

O crescimento da indústria em relação a fevereiro de 2010 é de 6,9%. Nos últimos 12 meses, a expansão é de 8,6% e, no acumulado do ano, de 4,6%.

Entre as categorias de uso, o maior crescimento de janeiro para fevereiro foi percebido nos bens intermediários, que tiveram aumento de 1,3%. Os bens de capital cresceram 0,9%. Já os bens de consumo semi e não duráveis tiveram queda de 0,2% e os bens de consumo duráveis, redução de 2,3%.

Redator: Fábio Mendes

	VEÍCULO TELETIME NEWS	EDITORIA	
	TÍTULO Celular perde a liderança de produto eletroeletrônico mais <u>exportado</u> pelo Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O primeiro bimestre de 2011 será marcado por um fato histórico no setor de eletroeletrônicos. O celular, que durante anos foi o item que mais contribuiu para a exportação de eletroeletrônicos, perdeu o posto para a eletrônica embarcada. No primeiro bimestre do ano a exportação de celulares caiu 26% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando US\$ 113 milhões. “A representatividade destes aparelhos (celulares) no total do setor vem caindo a cada ano. Em 2005, participava com 31% do total. Em 2010, o percentual ficou em 13%. Neste período janeiro-fevereiro de 2011, o percentual caiu para 11%”, diz relatório da Abinee divulgado nesta, terça-feira, 5. As exportações totais de bens de telecomunicações recuaram 16,9%, somando US\$ 163,1 milhões na comparação com o primeiro bimestre do ano passado.

Além da queda nas exportações, o setor de telecomunicações também registrou no primeiro bimestre do ano um aumento das importações. Telecomunicações foi o setor (entre as áreas da Abinee) que mais teve aumento (45,3%, totalizando US\$ 492,9 milhões) depois de “utilidades

domésticas”. Esse resultado reflete o aumento de 70% na importação de aparelhos celulares e 60% na importação de equipamentos para radiodifusão. O aumento expressivo da importação é reflexo da valorização do Real frente ao Dólar, bandeira antiga de luta da Abinee.

Saldo

Com as exportações somando US\$ 1,05 bilhão e as importações, US\$ 5,59 bilhões, o déficit da balança comercial de produtos eletroeletrônicos, no período acumulado de janeiro-fevereiro de 2011, atingiu de US\$ 4,54 bilhões. Este resultado foi 25% superior ao registrado em igual período de 2010 (US\$ 3,63 bilhões).

	VEÍCULO CONSULTOR JURIDICO	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus apoia Começar de Novo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Marília Scriboni

O programa de reinserção de presos no **mercado** de trabalho do Tribunal de Justiça do **Amazonas** ganha uma parceria de peso. A **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus**, que hoje reúne em torno de 600 empresas, oferece capacitação profissional e ofertas de emprego para participantes do Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça. Parte dessa mão-de-obra será destinada para os preparativos da Copa das Confederações de 2013 e

da Copa do Mundo de 2014. "Às vezes uma pessoa passa pela seleção de emprego, mas quando não apresenta a Certidão Negativa de antecedentes criminais, não é aceita", lembrou a juíza Telma Roessing, do Grupo de **Monitoramento** e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJ-AM. Quase 370 apenados já participaram dos cursos profissionalizantes no estado.

	VEÍCULO ASSESSORIA DA APEX	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas brasileiras participam de missão comercial à China		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

• **Delegação com 34 empresas brasileiras e entidades empresariais participa de Missão Comercial à China, em Hong Kong e Pequim, entre os dias 7 e 12 de abril**

• **Visitas técnicas, rodadas de negócios com empresários chineses e de países do sudeste asiático e encontros com representantes locais estão na agenda organizada pelo MDIC e pela Apex-Brasil, em parceria com as entidades empresariais**

O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** e a Agência Brasileira de Promoção de **Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)**, com apoio do **Ministério das Relações Exteriores (MRE)**, organizam Missão Comercial a Hong Kong, China, de 7 a 12 de abril. Nesse último dia, os participantes dessa missão se integram à Missão Empresarial a Pequim, organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo MRE, cumprindo programação da visita da presidenta Dilma Rousseff à China.

Ao todo, 24 empresas e 10 entidades empresariais integram a comitiva, que terá as presenças do secretário-executivo do **MDIC**, Alessandro Teixeira, e do presidente da Apex-Brasil, Mauricio Borges. As empresas brasileiras representam os setores de alimentos (carnes, frutas, laticínios, café, mel e vinho) e moda (calçados, componentes para calçados e joias) e se reunirão com empresas chinesas e de cinco países do sudeste asiático (Indonésia, Malásia, Cingapura, Vietnã e Tailândia) para rodadas de negócios em Hong Kong.

As entidades empresariais que integram a Missão terão encontros com representantes do governo chinês. Estão previstas também visitas técnicas a um super**mercado**, a um shopping center, ao porto de Hong Kong e ao Centro de Negócios da Apex-Brasil em Pequim. “Temos feito um investimento contínuo no **mercado** asiático para aproveitar o aumento de renda e o interesse crescente por produtos de qualidade e alto valor agregado”, declara o secretário-executivo do **MDIC**, Alessandro Teixeira, que coordena a Missão.

“Desenvolvemos estudos de inteligência comercial e competitiva, nos preparamos com conhecimento do **mercado** e da cultura de negócios e planejamos ações de forma

estratégica, com foco na **exportação** de produtos com maior valor agregado. Nosso objetivo é realizar negócios e conhecer cada vez mais esse imenso **mercado**, que é hoje uma grande oportunidade para negócios”, afirma o presidente da Apex-Brasil, Mauricio Borges.

Apoio local ao exportador brasileiro na China

Desde maio de 2009, a Apex-Brasil mantém um Centro de Negócios (CN) em Pequim. A estrutura tem como objetivo orientar e apoiar o empresário brasileiro que pretende realizar negócios na China. O CN de Pequim trabalha para promover as **exportações** e a internacionalização de empresas brasileiras, com ênfase em: inteligência comercial e competitiva, com a elaboração de relatórios de percepção de **mercado** customizados; promoção de negócios por meio da realização de missões comerciais, feiras, rodadas de negócios e visitas técnicas; e apoio à instalação local, auxiliando a empresa brasileira a abrir uma unidade na China.

O CN de Pequim já atendeu 94 empresas brasileiras, prestando informações sobre como negociar com os chineses, detalhando as oportunidades do **mercado**, organizando participações em encontros de negócios com os empresários chineses e oferecendo a estrutura física do CN para as empresas brasileiras que desejam manter representante no local.

Além da estrutura do CN de Pequim, a Apex-Brasil vem realizando ações de forma sistêmica e constante no **mercado** chinês, com vistas a promover as **exportações** brasileiras para o país asiático. Em 2009, foram realizados seminários de sensibilização em 52 províncias chinesas, com objetivo de mostrar oportunidades de negócios no Brasil. A Apex-Brasil também coordenou a montagem do pavilhão brasileiro na Exposição Universal de 2010 (em Xangai), que recebeu mais de dois milhões de visitantes. Seminários de divulgação do café e dos calçados brasileiros também foram promovidos pela Agência na China.

Comércio Brasil-China

A China é hoje o principal parceiro comercial brasileiro. Em 2010, o **Brasil** exportou para os chineses US\$ 30,785 bilhões e importou US\$ 25,593 bilhões, resultando em superávit de US\$ 5,192 bilhões. As vendas externas para a

China, no ano passado, cresceram 46,57% em relação ao montante **exportado** em 2009 (US\$ 21,003 bilhões).

Os principais produtos brasileiros comprados pelos chineses no primeiro bimestre de 2011 foram minérios de ferro não-aglomerados (US\$ 2,115 bilhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 712 milhões), minérios de ferro aglomerados (US\$ 319 milhões), pasta química de madeira (US\$ 170 milhões), ferronióbio (US\$ 82,731 milhões), outros grãos de soja triturados (US\$ 52,941 milhões), frangos congelados (US\$ 50,012 milhões), pasta química de madeira para dissolução (US\$ 38,938 milhões), aviões/veículos aéreos mais pesados (US\$ 32,439 milhões) e óleo de soja em estado bruto (US\$ 27,134 milhões).

Comércio Brasil-Malásia

No primeiro bimestre de 2011, o **Brasil** exportou US\$ 167,6 milhões para a Malásia e importou US\$ 264,4 milhões. Em comparação com o mesmo período de 2010, as **exportações** cresceram 64,9% e as **importações** 11,3%. Os principais produtos comprados pelos malaios nos primeiros dois meses de 2011 foram: milho em grãos (US\$ 67,723 milhões), açúcar de cana em bruto (US\$ 31,719 milhões), minério de ferro e seus concentrados (US\$ 28,318 milhões), óleo de soja em bruto (US\$ 5,762 milhões), fumo em folhas (US\$ 3,775 milhões), automóveis de passageiros (US\$ 3,224 milhões) e tratores (US\$ 3,219 milhões)

Comércio Brasil-Tailândia

As **exportações** do **Brasil** para a Tailândia, no primeiro bimestre de 2011, foram de US\$ 203,6 milhões, 79,4% maiores do que as registradas no mesmo período de 2010. As **importações** cresceram 39,3%, passando de US\$ 249,2 milhões para US\$ 347,2 milhões. Os principais produtos vendidos para os tailandeses foram: semimanufaturados de ferro ou aço (US\$ 83,609 milhões), farelos e resíduos da extração de óleo de soja (US\$ 61,218 milhões), soja triturada (US\$ 21,313 milhões), fio-máquina e barras de ferro ou aços (US\$ 4,507 milhões) e instrumentos e aparelhos de medida de verificação (US\$ 3 milhões).

Comércio Brasil-Indonésia

As **exportações** do **Brasil** para a Indonésia, no primeiro bimestre de 2011, dobraram em relação ao mesmo período de 2010, passando de US\$ 103 milhões para US\$ 206,2 milhões. As **importações** também cresceram, mas a um ritmo menor: 65,2%, passando de US\$ 190,4 milhões para US\$ 314,6 milhões. Os produtos mais vendidos para os indonésios foram: minério de ferro e seus concentrados (US\$ 58,276 milhões), açúcar de cana em bruto (US\$ 26,596 milhões), milho em grãos (US\$ 25,653 milhões), máquinas e aparelhos para terraplenagem, perfuração etc. (US\$ 13,991 milhões) e produtos semimanufaturados de ferro ou aços (US\$ 13,581 milhões).

Comércio Brasil-Cingapura

No primeiro bimestre de 2011, as **exportações** do **Brasil** para Cingapura cresceram 8,7% na comparação com o mesmo período de 2010. As vendas passaram de US\$ 246,4 milhões para US\$ 267,8 milhões. No caminho inverso, as **importações** cresceram 29,1%. Nos dois primeiros meses de 2010, os cingapurianos venderam US\$ 95,6 milhões para o Brasil. Em 2011, a soma das **importações** no primeiro bimestre foi de US\$ 123,4 milhões. Os produtos mais vendidos para Cingapura foram: óleos combustíveis (US\$ 121,054 milhões), ferro-ligas (US\$ 55,669 milhões), carne de frango (US\$ 20,631 milhões), carne suína (US\$ 12,324 milhões), carne bovina (US\$ 5,434 milhões), fio-máquina e barras de ferro ou aços (US\$ 5,429 milhões) e pneumáticos (US\$ 5,038 milhões).

Comércio Brasil-Vietnã

O **Brasil** exportou US\$ 111,035 milhões para o Vietnã no primeiro bimestre de 2011. Esse volume é três vezes maior do que os US\$ 36,2 milhões **exportados** no mesmo período de 2010. As **importações** do Vietnã também cresceram, passando de US\$ 48,893 milhões nos dois primeiros meses de 2010 para US\$ 93,432 milhões em janeiro e fevereiro de 2011. Os produtos brasileiros mais vendidos para o Vietnã foram: bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (US\$ 45,228 milhões), milho em grão, exceto para semeadura (US\$ 30,676 milhões), fumo não manufaturado (US\$ 4,187 milhões), outros couros/peles (US\$ 3,727 milhões) e outras madeiras serradas/cortadas em folhas (US\$ 3,266 milhões).